

Estratégia

Expansão da Edson Queiroz passa por aquisições, conta Carlos Rotella, presidente **B4**



Valor B
Sexta-feira, 26 de maio de 2023

Aviação

Embraer prevê atingir receita de US\$ 8 bilhões em 2027, diz presidente **B4**

Semicondutor

Fabricante de chips Nvidia pode atingir US\$ 1 tri em valor de mercado **B6**

Travellex Bank

CONSULTORIA
PERSONALIZADA
EM CÂMBIO.

travellexbank.com.br
(11) 3004-0490

Empresas

Foz do Amazonas Pesquisadores do Maranhão e Pará divergem sobre benefícios de explorar a Margem Operação da Petrobras no Norte divide academia

Kariny Leal
Do Rio

O debate sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial divide estudiosos do tema no Norte do país, onde se concentram as bacias sedimentares alvo do interesse da Petrobras. A discussão ganhou fôlego depois que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou o pedido da petroleira, em 17 de maio, para perfurar um

poço na Foz do Amazonas, uma das áreas incluídas na Margem.

Allan Kardec, professor titular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), defende que os benefícios financeiros para a região, a partir da exploração de petróleo, são necessários para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade, financiando uma melhor proteção ambiental. Para ele, que tem conversado com lideranças dos Estados envolvidos, a pobreza da po-

pulação local justifica assumir riscos, que não são tão grandes, diz.

Já o professor André Cutrim, do núcleo de meio ambiente da Universidade Federal do Pará (UFPA), diz que os ganhos advindos da exploração de petróleo na Margem Equatorial não superam os potenciais estragos da atividade na região. Para ele, os potenciais prejuízos aos povos originários e à população local serão os mesmos percebidos a partir da implantação da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (PA), que come-

çou a operar em 2016. Ele lista problemas como o aumento da pobreza e da violência local e também da prostituição, inclusive a infantil.

Há, porém, pontos que unem os dois lados. Um deles é a falta de representatividade da população local nas discussões. Ambos criticam o fato de o debate e as decisões sobre a Margem Equatorial estarem concentrados no centro do país, sobretudo em Brasília, sem que os Estados e municípios diretamente atingidos pelo projeto, no Norte e

Nordeste, sejam ouvidos. Tanto os estudiosos favoráveis quanto os contrários à atividade petroleira no arco norte estão de acordo que a produção pode trazer recursos futuros aos Estados envolvidos. Quem é contra o projeto destaca, no entanto, que os ganhos podem ser menores do que os custos sociais e os prejuízos que o empreendimento pode acarretar à população local, incluindo comunidades indígenas e ribeirinhas.

Especialistas entendem ainda

que a discussão deve se alongar uma vez que a Petrobras disse que vai reapresentar o pedido ao Ibama bem como documentos complementares. Não há consenso sobre quando deve se ter uma conclusão do caso, que pode se estender por meses ou até anos. Há também a divisão dentro do governo colocando de lados opostos nessa agenda o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério de Minas e Energia (MME), o que pode atrasar ainda mais um desfecho.

‘O Brasil precisa de recursos’, afirma Kardec

Do Rio

O professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Allan Kardec, destacou a importância que os ganhos financeiros, a partir da exploração de petróleo, trariam para as regiões Norte e Nordeste: “O Amapá é pobre, precisa de recursos.” Para ele, que foi diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) entre 2008 e 2012, esses recursos são necessários inclusive para a própria preservação ambiental. A seguir os principais pontos da entrevista do especialista ao **Valor**:

Direito de fala

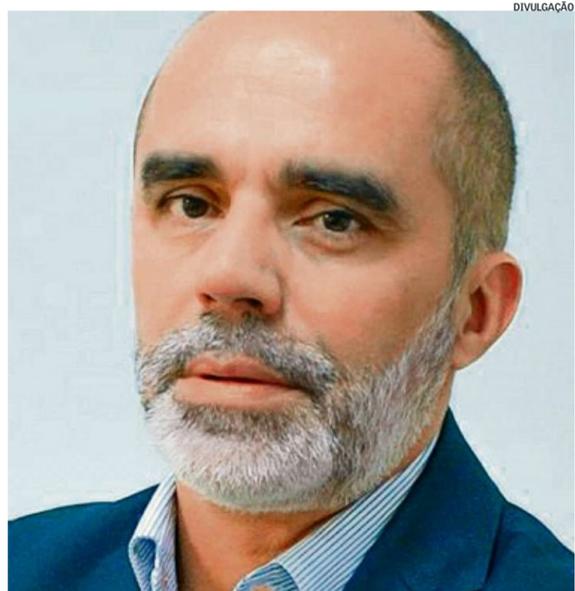
Queremos, antes de tudo, ter direito de fala. O que estão fazendo agora é decidir em Brasília os destinos de pessoas que estão longe. A comunidade acadêmica está completamente ausente desse debate. Como alguém sentado em uma cadeira no Leblon quer decidir o destino do Amapá? Muita gente nem sabe onde fica o Amapá ou o Maranhão. Há um desconhecimento gigantesco. O próprio nome de Foz do Amazonas não foi bem dado. Nós do arco norte não pedimos que outros nos representem. Queremos ser ouvidos por nós mesmos. Não queremos que outras vozes falem por nós.

Pobreza da região

Precisamos de um debate racional e queremos o direito de explorar. Nosso povo é pobre. O Amapá é belíssimo, mas 60% da população do Estado vive de auxílio. Para efeitos de comparação, em 2022, o Amapá registrou um PIB [Produto Interno Bruto] de R\$ 17 bilhões. No mesmo ano, o Rio de Janeiro recebeu R\$ 50 bilhões em royalties e participações das atividades de petróleo e gás natural. O Estado [do Amapá] é pobre, precisa de recursos. O Brasil precisa de recursos para aplicar em educação e em saúde.

Debate científico

O debate precisa ser científico, além de técnico. Precisamos de uma discussão racional. Queremos o direito de explorar. A Rede Amazônia Azul é um grupo de cientistas que tem estudado o tema e está elaborando agora estimativas de petróleo da bacia da Foz do Amazonas. O grupo é composto por representantes da UNIFAP, UFMA, UFPA, UFF, UFRJ, UEMA, UERN, UFJF, UFES, REMANOR, UNIVALI e TAMAR, entidades locais e outras com tradição na área. O ponto principal dessa conversa agora é sobre a AAAS [Avaliação Ambiental de Área Sedimentar]. Esse documento foi baseado em outras regu-



DIVULGAÇÃO

“Precisamos de dinheiro para fazer a preservação ambiental”
Allan Kardec

lações do mesmo tipo que já são praticadas há anos no Reino Unido e nos Estados Unidos. Em ambos os casos é o governo quem realiza os estudos de viabilidade da exploração. É o governo que tem a obrigação de equilibrar as próprias prioridades e atender as necessidades de energia. Não é algo desgarrado do Estado. É para servir aos contribuintes. As AAAS não têm caráter vinculante, portanto, suas recomendações não são obrigatórias nos processos de licenciamento, o que, aparentemente, está sendo demandado como obrigação da operadora Petrobras. Não há casos similares, nos países citados, de obrigatoriedade de empresas, ou seja, agentes fora da esfera pública serem demandados a cumprirem tarefas que são essencialmente do Estado e, especificamente, do órgão ambiental. Os próprios despachos de abril [2023] do Ibama diziam que as restrições ambientais seriam que ser apresentadas em manifestação conjunta do MME e do Ministério do Meio Ambiente na realização da 11ª rodada de licitação da ANP, em 2012. A Petrobras não tem fundamento legal para entregar AAAS. Nem nos países que inspiraram esse documento, nem na portaria dos ministérios, nem no despacho do Ibama se prevê que a operadora elabore. Se o debate for científico, fica mais claro para todo mundo.

Preservação ambiental

Nós reconhecemos que a exploração precisa ser feita de forma sustentável, mas o nosso grande argumento é que o Brasil tem a matriz energética mais limpa do planeta. Nós temos muito espaço para fazer compensação ambiental. Existe uma propaganda de que os lugares onde o petróleo e a Petrobras entram apresentam uma degradação. É o contrário. Existem vários projetos de preservação ambiental, como o Projeto Tamar, das tartarugas marinhas, que são bancados pela Petrobras. Precisamos de dinheiro para fazer a preservação ambiental. Se não for assim, vamos ficar dependentes de estrangeiros para explorar a Amazônia. Precisamos de recursos para ter soberania. Sobre o outro argumento que mencionam acerca da possibilidade de acidente ambiental, é importante lembrar que no Brasil nunca houve vazamento de petróleo em fase de exploração. O poço fica na fronteira com a Guiana, a cerca de 530 quilômetros da própria foz. É mais longe que a distância entre Londres e Paris. Fora que as correntes marítimas na região também impedem que qualquer vazamento chegue até a foz.

Povos originários

Não é verdade quando dizem que os povos originários estão contrários à exploração. Vimos indígenas falando que apoiam a exploração porque quando é feita de uma forma sustentável traz recursos. Fizemos uma audiência pública em Oiapoque na sexta-feira (19) em que tivemos a participação de grupos indígenas e representantes dos governos do Maranhão, do Pará, do Amapá, da Guiana, especialistas, pesquisadores. (KL)

‘Debate vai além do financeiro’, diz Cutrim

Do Rio

O professor André Cutrim, do núcleo de meio ambiente da Universidade Federal do Pará (UFPA), defende que a discussão acerca da exploração de petróleo na Foz do Amazonas vai além do ganho financeiro. Segundo o especialista, traçando um paralelo com o caso da hidrelétrica de Belo Monte, no município de Altamira (PA), os potenciais prejuízos sociais e demográficos gerados a partir de projetos como esse superam os benefícios econômicos: “Altamira tem hoje uma concentração de renda muito grande, o que faz cair por terra o ideal da instalação da hidrelétrica de gerar crescimento e progresso.” Veja a seguir os principais pontos levantados por Cutrim, pós-doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ao **Valor**:

Além do retorno econômico

Eu sou contra porque explorar a Margem, essa área da Amazônia que é de fronteira, vai muito além de pensar no retorno econômico. Os custos da exploração serão muito maiores a curto e longo prazos. Não nego que podemos vislumbrar ganhos financeiros no futuro, isso pode ser uma fonte de recursos para o Brasil. Mas a que preço? A que preço vamos levar esse modelo adiante?

Não é a primeira vez

Na nossa região [no Norte] tivemos várias experiências históricas do que considero grandes projetos que não deram certo. A ocupação da nossa área de fronteira se deu por meio de grandes empreendimentos, incentivos fiscais e financeiros. Desde os tempos dos governos militares já tínhamos isso, várias empresas vieram para essa região, mas o legado foi mínimo. Tivemos uma abertura demográfica, mas, do ponto de vista econômico, não gerou benefício e nem riqueza, principalmente aos povos originários.

O caso Belo Monte

Na época que discutíamos a hidrelétrica de Belo Monte tudo era pautado nas contrapartidas que seriam direcionadas ao povo do Pará e de Altamira. Tivemos um crescimento da pobreza na região, da violência e da prostituição, inclusive a infantil. A cidade hoje tem uma concentração de renda muito grande, o que faz cair por terra o ideal da instalação da hidrelétrica de gerar crescimento e progresso. Que progresso foi esse? Que crescimento foi esse e para quem?

Longo da tomada de decisão

Também sou contrário porque os modelos de desenvolvimento da



DIVULGAÇÃO

“Vai ser uma repetição de tudo que aconteceu nas últimas décadas”
André Cutrim

nossa região sempre vieram de cima para baixo [sem considerar a escolha da população local]. Independentemente do viés político e ideológico, seja de esquerda ou direita, sempre foi assim. Uma questão como essa precisa ser pautada não só pela parte mais instruída da sociedade, como acadêmicos, profissionais, engenheiros, políticos e a mídia, mas principalmente pelos povos dessas áreas. O mecanismo de plebiscitos, por exemplo, não vejo ser utilizado para uma questão tão importante como essa. Eu compreendo que grande parte da classe política, prefeitos governadores e gente do governo federal, faz uma análise da obtenção de ganhos econômicos no futuro por meio da geração de royalties. É uma janela de oportunidade considerável. Mas onde fica o povo, a sociedade da Amazônia de forma geral? Onde eles estão inseridos nessa perspectiva de novo projeto na região? Me parece, olhando para a história, que vão ficar para trás. Vai ser uma repetição de tudo que tem acontecido nas últimas décadas na região.

Falso progresso

Qual vai ser o resultado prático disso? Notadamente vamos ter prejuízos à biodiversidade local, além da manutenção da pobreza e da ideia de um falso progresso. Naquele região da Foz do Amazonas, além da questão da exploração e da redu-

ção de recursos naturais, parece que há ainda problemas de falta de infraestrutura para absorver uma obra dessa envergadura. A geração de empregos vai ser para quem vai vir de fora? Vão incorporar mão de obra local? Esses são questionamentos que sempre me pergunto pautado no que a história mostrou. Temos muitos conflitos de terras nessa área, por recursos naturais e pela posse de terra. O braço do Estado dificilmente consegue agir para resolver eventuais problemas.

Alternativas ao petróleo

Sigo afirmando que a natureza pode fornecer muitos benefícios à população humana: serviços ecológicos e recursos naturais à produção de mercadorias com capacidade de assimilação para decompor resíduos e regenerar os recursos renováveis de maneira sustentável. Ainda que seja um trabalho de longo prazo é necessário insistir na sustentabilidade da Amazônia, em especial no uso sustentável do capital natural, sem provocar o aumento quantitativo da produção para além da capacidade ambiental. Precisamos implementar políticas públicas de manutenção de recursos naturais na região, como por exemplo: a preservação do meio ambiente junto aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas unidades de conservação; criação de um programa de captação de recursos financeiros em prol da sustentabilidade ambiental, como forma de apoio a administração estadual e municipal, para reduzir a dependência do ente federal; promoção ou adequação dos instrumentos de política exterior para melhorar a distribuição das atividades industriais e agropecuárias na Amazônia. (KL)